

Eleições

# Economia informal de R\$ 248 bi desafia o país

Atividades à margem da lei empregam 60% da força de trabalho

• O Brasil é cada vez mais o país do jeitinho. A economia informal assumiu uma dimensão que desafia os gestores públicos e, segundo o IBGE, gera riquezas equivalentes a um PIB de R\$ 248 bilhões, superior ao de países como Egito e Colômbia. O ex-secretário da

Receita Federal Everardo Maciel calcula que 60% da força de trabalho pertencem a essa economia das sombras, com empregados sem garantias e impostos sonegados. Os candidatos a presidente apresentam propostas para enfrentar o problema. **Páginas 3 a 12**

# Sob a sombra da informalidade, um PIB de R\$ 248 bi

Baixo crescimento, excesso de impostos, regulação e burocracia são as principais causas do problema

---

Mariza Louven

---

**O** valor da produção informal do Brasil chegou a R\$ 600 bilhões em 2005, gerando riquezas equivalentes a um Produto Interno Bruto (PIB) de aproximadamente R\$ 248 bilhões, segundo estimativa de técnicos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Pelo dólar médio do ano passado, este valor chegou a US\$ 102 bilhões, bem maior que toda a economia de nações como o Egito (US\$ 93 bilhões) ou a Colômbia (US\$ 98 bilhões). Enfrentar o problema é um desafio para os candidatos à Presidência da República (*leia o que pretendem fazer na página 9*).

— Este é o país do futebol e da informalidade. No futebol há mais espectadores do que praticantes. Na informalidade é o contrário — diz o economista Marcelo Neri, chefe do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV).



Baixo crescimento, excesso de carga tributária, de regulação e de burocracia estão entre as principais causas da informalidade, que acaba sendo um problema e uma solução. O brasileiro aprendeu a driblar a falta de emprego e de renda fazendo bico, mas com isso deixa de pagar impostos, vivendo à sombra.

— Nas atividades têxtil, de transporte de cargas e de confecções, a informalidade salta aos olhos — diz o gerente do Departamento de Contas Nacionais do IBGE, Carlos Sobral.

## Informalidade voltou a crescer em 2003

• Para calcular o PIB do país, o IBGE usa dados próprios, como os da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), e registros formais de órgãos e instituições públicos ou privados. As informações são confrontadas com as declarações de gastos das famílias, obtidas pela Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF). Se a produção é menor do que o gasto, o valor que falta corresponde à atividade informal. Esta parcela, chamada tecnicamente de expansão da produção, é o que transcende as estatísticas formais.

A economia informal vinha perdendo participação no PIB, mas voltou a crescer em 2003. Naquele ano, enquanto o PIB avançou 15,6% (se

considerada a inflação, ficou estagnado em 0,54%), a parcela informal aumentou 16,2%. A estimativa para 2005 considerou a hipótese de, naquele ano, a proporção das atividades não registradas ter sido a mesma de 2003, de 12,75% do PIB, último dado oficial disponível.

— Sem crescimento, diminuem as melhores oportunidades de emprego e renda, com carteira assinada e salários mais altos. As pessoas buscam alternativas como bicos — diz outro economista da Coordenação de Contas Nacionais, Gélzio Bazoni.

## “Este é mesmo o país do jeitinho”

• Para Neri, a redução da informalidade (exceto em 2003) é um mistério. Pode estar relacionada ao crescimento econômico puxado pelas exportações, setor formal intensivo. Segundo ele, as reformas “meia sola” realizadas a partir dos anos 90 — como o Simples — também podem estar gerando frutos agora, diz. Outra hipótese é o crédito consignado, com desconto em folha de pagamento e dos aposentados, ter aumentado as vantagens da formalização. Ter registro dá acesso a esse tipo de crédito.

Mas o consultor Ricardo Neves lembra que as atividades não registradas podem ser maiores do que calcula o IBGE. O relatório Doing Business 2004, do Banco Mundial, estima em 39,8% a parcela informal da economia brasileira.

**Economia Brasileira**

— A estimativa do IBGE é conservadora. Há cadeias produtivas inteiras que não são contabilizadas — afirma Neves.

Segundo ele, aqui a informalidade é tão grande que até as multinacionais querem entendê-la. Algumas mandam funcionários para favelas, como a do Morro do Alemão, no Rio, para estudar o tipo de vida das pessoas e fazer planos de negócios focados naquele público.

— Existe um país na sombra — acrescenta.

A informalidade é grande e está acima da média internacional de 32,5%, verificada em 133 países analisados pelo Banco Mundial.

— Independentemente da metodologia, há excesso de informalidade — analisa Neri. — Este é mesmo o país do jeitinho — diz ele.

Mais crescimento, desregula-

ção e menos imposto são as principais propostas dos especialistas para aumentar a formalização. Uma das causas do problema é a pesada carga tributária (federal, estadual e municipal), que segundo o Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT), chegou a 40,69% do PIB em 2005.

— Se todos pagassem os impostos direitinho, a carga no Brasil chegaria a 60% do PIB — afirma Neri.

Para compensar as perdas na arrecadação, o governo taxa mais a parte formal da economia, opina Aloísio Araújo, professor da FGV. O problema é que, mantendo a informalidade alta, as escalas de produção permanecem pequenas e limitam o crescimento da economia como um todo, acrescenta.

## Tratamento especial para os pequenos

- A obsolescência da legislação trabalhista também faz com que empregadores fujam das leis trabalhistas. Esta é uma das razões para 60% da força de trabalho do país, ou cerca de 48 milhões de pessoas, estarem na informalidade, diz o ex-secretário da Receita Federal Everardo Maciel.

— É uma situação extremista e excludente porque cria os trabalhadores com direito a tudo e os que não têm direito a nada — diz.

Segundo Everardo, os encargos trabalhistas e previdenciários correspondem a 103,46% da folha de salários — exceto para as empresas enquadradas no Simples. Ele defende a criação de um Simples Trabalhista, que preserve os direitos trabalhistas, mas trate o micro e o pequeno empregador de forma diferenciada. A proposta é ter alíquotas de FGTS inferiores a 8% para micro e pequenas empresas, que poderiam ainda fracionar férias e parcelar o 13º salário, por exemplo.

Hoje existem 5,2 milhões de microempresas formais no país e 10,3 milhões informais, afirma o presidente do Conselho Temático da Micro e Pequena Empresa da Confederação Nacional da Indústria.

— As condições são extremamente difíceis para nascer, sobreviver e crescer — diz.

Os negócios informais vivem na eterna clandestinidade, sem acesso a crédito ou possibilidade de fornecer para grandes empresas. ■



# A economia informal do Brasil

Participação no PIB (%)

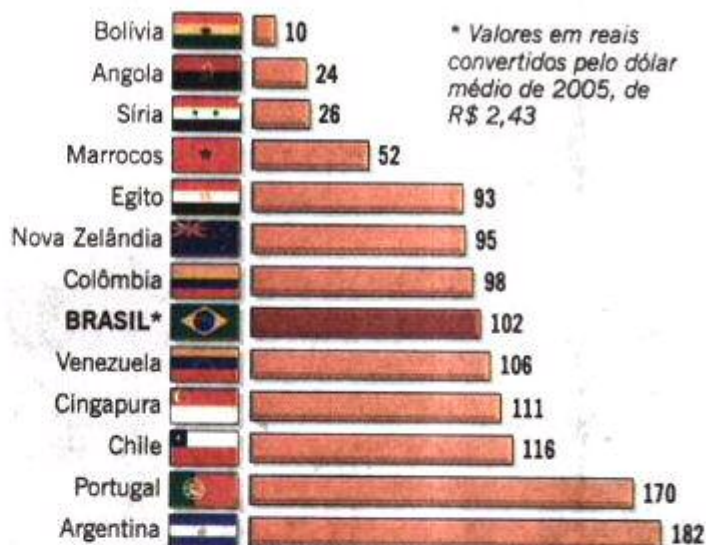
|      |       |
|------|-------|
| 1996 | 14,75 |
| 1997 | 14,57 |
| 1998 | 14,13 |
| 1999 | 13,74 |
| 2000 | 13,11 |
| 2001 | 12,81 |
| 2002 | 12,65 |
| 2003 | 12,79 |



\* Supõe que a economia informal manteve uma participação no PIB igual à de 2003

## BRASIL INFORMAL x MUNDO FORMAL (2005)

PIB em US\$ bilhões



\* Valores em reais convertidos pelo dólar médio de 2005, de R\$ 2,43

Fonte: IBGE e The World Factbook/CIA

### MICRO E PEQUENOS NEGÓCIOS

|           |              |
|-----------|--------------|
| Formais   | 5,2 milhões  |
| Informais | 10,2 milhões |

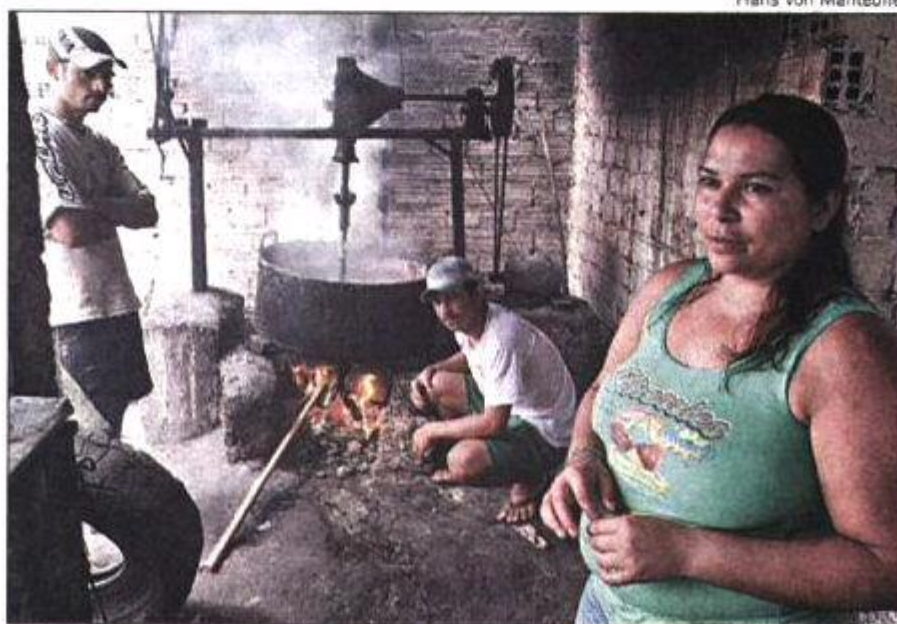
Fonte: CNI/Sebrae

### TEMPO MÉDIO PARA ABRIR EMPRESA

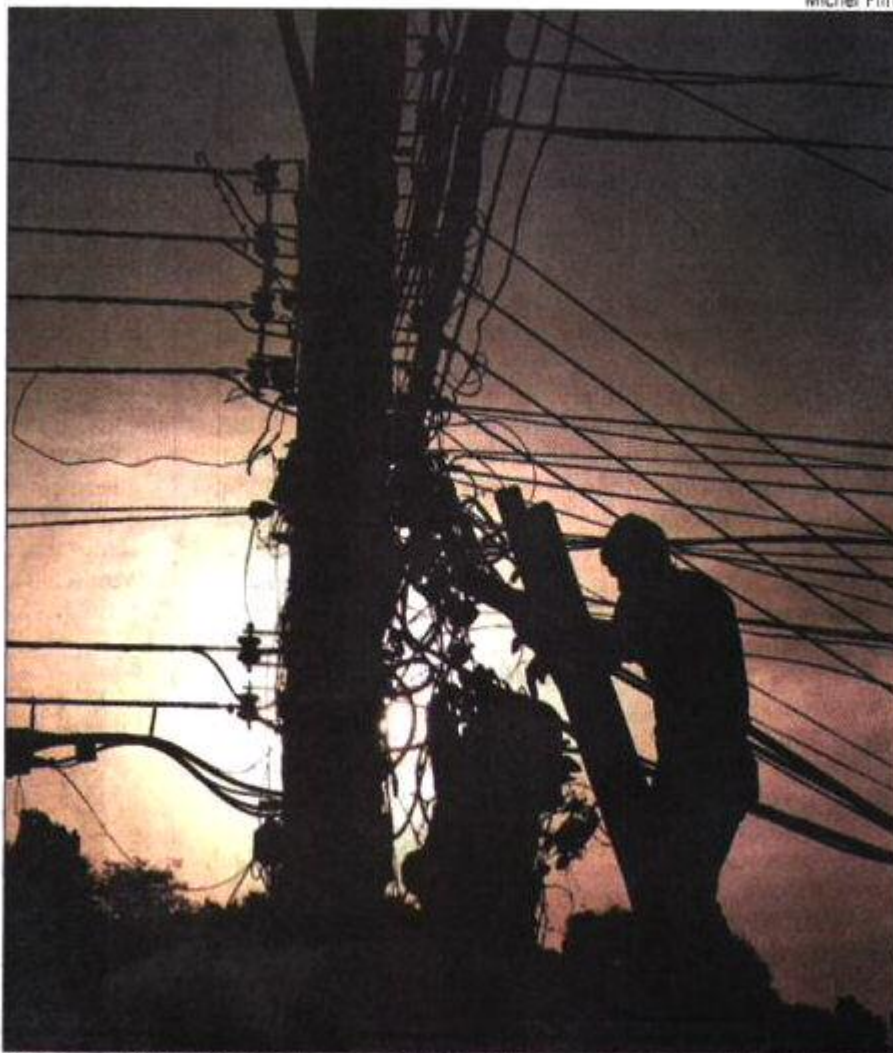
|                      |            |
|----------------------|------------|
| Brasil               | 150 dias   |
| Países desenvolvidos | 2 a 6 dias |

### MORTALIDADE DOS MICRO E PEQUENOS NEGÓCIOS

|                       |                        |                      |
|-----------------------|------------------------|----------------------|
| 49% até o segundo ano | 56% até o terceiro ano | 60% até o quarto ano |
|-----------------------|------------------------|----------------------|

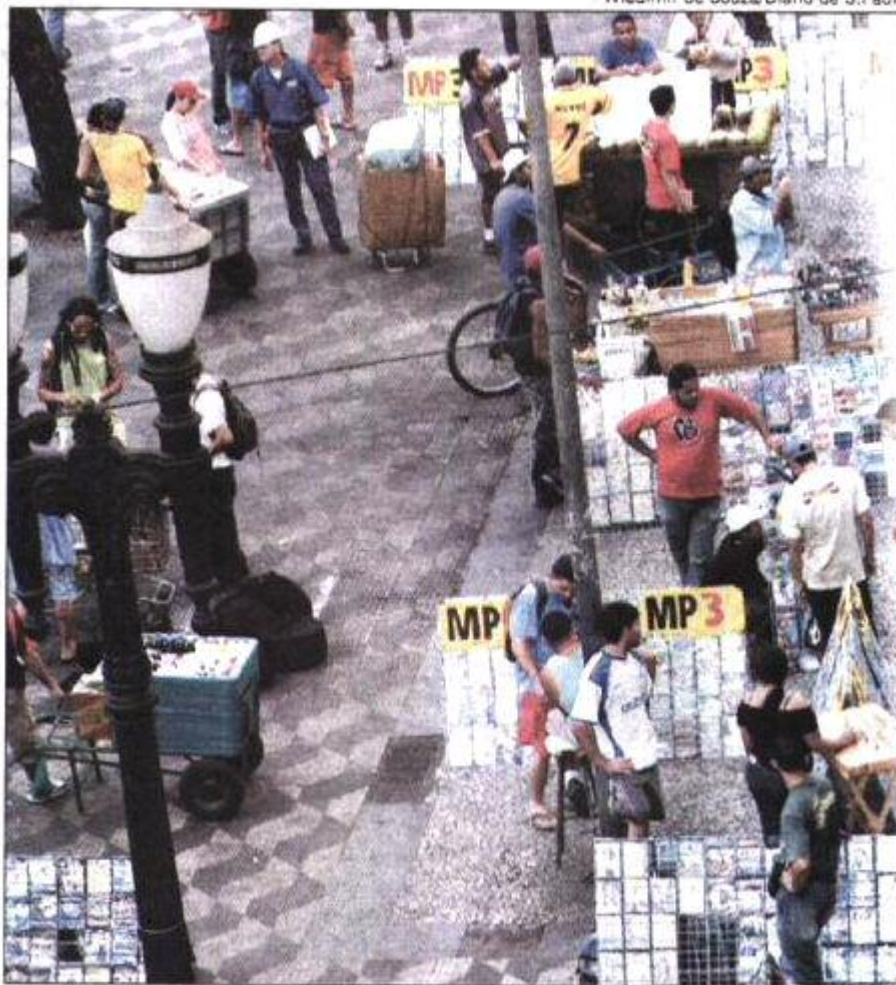


ROSANE, que tem uma fábrica informal de doces em Bezerros (PE): dificuldades



**GATOS DE ELETRICIDADE** num condomínio ilegal em Campo Grande, no Rio





VENDA DE CDs piratas no centro de São Paulo: como em outras cidades, crime exposto



NA ZONA OESTE do Rio, os condomínios ilegais proliferam: tudo informal



# Bezerros fabrica bolos mas não sabe ainda o caminho para a formalidade

---

Letícia Lins

---

*Enviada especial*

• BEZERROS (PE). Um problema por causa dos impostos que deixam de ser arrecadados e dos empregos formais que não são criados, a economia informal é quase regra no município de Bezerros, a 107 quilômetros da capital pernambucana. A tradicional produção, geralmente em fábricas de fundo de quintal, de bolos, biscoitos, bolachas e outros tipos de massas, assegura trabalho e rendimento para quase mil pessoas e suas famílias. Muita gente sonha em se tornar empresa de verdade, mas o próximo governo vai ter muito trabalho para ensinar o caminho: os pequenos produtores do bolo de barra, a mais famosa iguaria do cidade, não sabem nem por onde começar para abrir formalmente uma empresa.

Os que já chegaram lá não se cansam de enumerar as dificuldades. Outros citam a informalidade como o meio mais rápido e produtivo de enfrentar o desemprego. É o caso de José Fernando Silva. Quando se viu sem trabalho, não pensou duas ve-

zes. Chamou o sogro e o cunhado, Cícero José da Silva e José Silvânio da Silva, também desempregados, e juntos passaram a produzir cerca de 350 quilos de bolo de mandioca por semana, o que garante o sustento de 14 pessoas de suas famílias. Eles, que eram empregados de uma fábrica de biscoitos que faliu, fazem de tudo: compram matéria-prima, metem a mão na massa, enfrentam o calor do for-

no e vendem os produtos nas cidades da região.

Os bolos que produzem têm marca, Produtos Caseiros Ideal, telefone para pedidos nas embalagens, prazo de validade e fazem a festa nas feiras e em mercadinhos do agreste pernambucano. Os funcionários trabalhavam uniformizados e o forno já é industrial. Mas a empresa não tem registro ou nota fiscal.

Fernando sonha em legalizar



sua empresa porque acha que, quando isso acontecer, entre outras vantagens, vai poder pechinchar com fornecedores:

— Eles vendem sem nota e botam o preço que querem para entregar o trigo em casa.

Com capital de giro limitado, Fernando não consegue crescer nem se formalizar.

Banco também virou um problema para Roseane de Lima Silva, dona de uma fábrica informal de balas nego-bom, um doce muito apreciado no Nordeste e que tem em Bezerros seu principal produtor. Como sua empresa não tem documentação, ela penou quatro meses para realizar um sonho: ter talão de cheque. Foi em dois bancos oficiais e um particular, mas nenhum lhe permitiu abrir uma conta. No quarto, a gerência visitou sua fabriqueta:

— Foi o único que me concedeu pelo menos o benefício da dúvida — comemora. E acrescenta:

— Como recebo muita mercadoria, não tinha como negociar prazos porque não tinha cheque e os fornecedores só querem trabalhar com pré-datado. ■

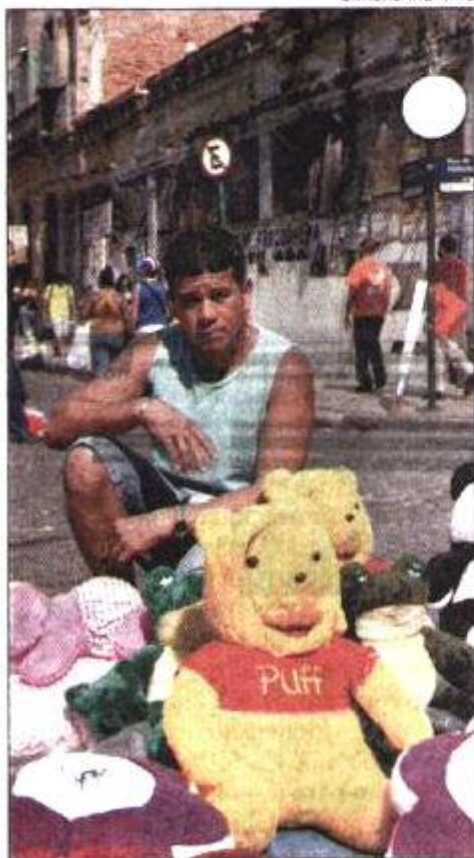


FERNANDO SILVA com o sogro e o cunhado: venda sustenta 14 pessoas

Simone Marinho

## 'O governo só vê o lado dele'

Camelôs para fugir do desemprego ou ganhar mais



FRANKLIN JOSÉ ainda sonha com férias

• Desempregado, com uma filha recém-nascida, o técnico em processamento de dados Franklin José virou camelô em 1992 e nunca mais fez outra coisa. O negócio garante uma renda que ele considera razoável, de R\$ 1.000 por mês. Mas o ex-funcionário de duas grandes lojas, antigo segundo grau completo, continua sonhando em ter carteira assinada, férias, 13º salário.

— O governo só vê o lado dele. E a corrupção atrapalha — lamenta o vendedor ambulante, que votou em Lula para presidente mas este ano não tem candidato.

Trabalhar por conta própria também foi a opção feita por Aurélio Damasceno, seis anos de estudo. Inconformado com o que ganhava como garçom de um grande restaurante, ele decidiu deixar o emprego formal em 1992. Ficou seis meses vendendo produtos para pesca trazidos do Paraguai e hoje é o

mais bem-sucedido de cinco irmãos, dois deles seus empregados no "Camelódromo" da Avenida Presidente Vargas, no Centro da cidade.

— Estou muito melhor aqui do que trabalhando para os outros — diz ele.

Ter um negócio legalizado aumentaria os direitos e diminuiria a pressão da polícia, admite Damasceno. Mas a carga tributária o desanima:

— Se tiver que pagar tudo eu quebro. Aqui consigo vender uma isca artificial por R\$ 12. Na loja é R\$ 40. Tem produto em que a diferença é de 100% — diz.

Com cinco funcionários, ele diz que é impossível assinar carteira.

— Aqui, quando alguém vai embora ou quando merece, ajudo como posso — conta ele, que deu computador para um, ajudou outro a dar entrada numa motocicleta e até contribuiu com o pagamento da casa de funcionário.